

**Águas do Vouga - Exploração e Gestão
Sistema Regional do Carvoeiro, S.A.**

**Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro
de 2023 acompanhadas da Certificação Legal das
Contas**

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Águas do Vouga - Exploração e Gestão Sistema Regional do Carveiro, S.A (“Entidade”), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 9.844.386 euros e um total de capital próprio de 7.010.408 euros, incluindo um resultado líquido de 3.110.408 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e do anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;



“Deloitte”, “nós” e “nossos” refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, acesse a www.deloitte.com/pt/about.

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting, Financial Advisory e Risk Advisory a quase 90% da Fortune Global 500® entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e direcionando a uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com mais de 175 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 415.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em www.deloitte.com.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matriculada: 501776311 | Capital social: € 981.020,00 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com o órgão de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 18 de março de 2024



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Ana Alexandra Dornelas Pinheiro, ROC
Registo na OROC n.º 1496
Registo na CMVM n.º 20161106

RELATÓRIO E CONTAS

2023



ÍNDICE

1	SÍNTESE DE DADOS / INDICADORES	3
2	MENSAGEM DO PRESIDENTE	4
3	APRESENTAÇÃO DA EMPRESA	5
4	MISSÃO E POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO	7
5	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	8
6	SÍNTESE DE ATIVIDADE EM 2023	9
7	ANÁLISE ECONÓMICO – FINANCEIRA	22
8	PERSPETIVAS PARA O FUTURO	24
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
10	OUTRAS INFORMAÇÕES	26
11	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	27

1

SÍNTESE DE DADOS / INDICADORES

Indicadores Financeiros		2021	2022	2023
Capital Social	Eur	3 250 000	3 250 000	3 250 000
Capital Próprio	Eur	6 207 413	5 878 614	7 010 408
Ativo Líquido Total	Eur	8 582 277	10 389 523	9 844 387
Investimento	Eur	72 050	68 197	96 643
Volume de Negócios	Eur	7 137 760	7 649 672	8 814 344
EBITDA Ajustado (<i>Cash Flow</i> Operacional)	Eur	4 548 739	3 689 201	5 279 243
EBIT (Resultado Operacional)	Eur	3 419 021	2 545 651	4 086 413
Resultados Antes de Impostos	Eur	3 015 942	2 604 998	4 102 429
Resultado Líquido do Exercício	Eur	2 307 413	1 978 614	3 110 408
Rentabilidade dos Capitais Próprios	%	37%	34%	44%
Rentabilidade do Ativo	%	27%	19%	32%
Autonomia Financeira	%	72%	57%	71%
Nº de Colaboradores em 31 Dezembro	nº	14	14	14

2

MENSAGEM DO PRESIDENTE

A Águas do Vouga, constituída em abril de 1996, foi uma das primeiras concessões atribuídas em Portugal. E até hoje, é a única concessão “em alta” que foi objeto de um concurso público internacional.

Com a tarifa de venda de água aos municípios das mais baixas do País; com perdas de água anuais sistematicamente abaixo de 1%; com 100% para o indicador água segura; com 7 prémios/selos de qualidade atribuídos; e historicamente com boa saúde económica e financeira, a empresa continua a apresentar uma boa performance.

Em 2023 a Águas do Vouga apresentou um resultado líquido positivo de € 3.110.408 que representa um acréscimo de 56,9% face ao ano anterior. Na vertente operacional, o EBIT teve também um acréscimo de 60,3%. Estes resultados são consequência dos aumentos de Vendas e prestações de serviços, outros rendimentos e diminuição da rubrica fse.

O desenvolvimento da implementação do plano de investimento e respetivas obras do SRC II, tendo por base o aditamento ao contrato e os seus pressupostos, levou a revisão do caso base adaptando-o à realidade do projeto, que se tem vindo a negociar, mas que ainda não foi escriturado. Apesar de ainda não escriturado, desde 2016 que são aplicados os pressupostos do 2.º aditamento sucessivamente acordados com a Concedente, que tem sempre por base a manutenção da TIR do 1.º aditamento, através de um equilíbrio entre a tarifa e a remuneração à Concedente.

O grande objetivo para 2024 será, como vem sendo histórico, em primeiro lugar continuar a garantir a quantidade e qualidade da água que seja solicitada ao sistema e o funcionamento em pleno do SRC II e em segundo proceder a realização da escritura do 2.º aditamento, tendo em consideração que durante o exercício de 2023, a ERSAR deu parecer favorável à minuta e ao EVEF do mesmo.

A empresa está a fornecer água aos municípios de Aveiro, Águeda (totalidade), Albergaria-a-Velha, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro e Vagos, abrangendo uma população de 280.317 habitantes que terão garantias de um serviço exemplar e uma água de excelente qualidade até ao ano 2026.

O Presidente do Conselho de Administração

Fausto Manuel Melo de Oliveira

3

APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

3.1. BREVE HISTORIAL

A Águas do Vouga, empresa constituída em abril de 1996, é Concessionária do Sistema Regional do Carvoeiro (SRC).

O SRC é pertença da AMC-V (Associação de Municípios do Carvoeiro - Vouga). atualmente composta pelos Municípios de Aveiro, Águeda, Albergaria-a-Velha, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro e Vagos.

O Contrato de Concessão foi assinado em 30 de maio de 1996 e iniciou-se a 01 de outubro de 1996, em regime de exclusividade por 20 anos, para a exploração do sistema de captação, tratamento, elevação, transporte e armazenamento principal de água dos municípios pertencentes à AMC-V à data.

No âmbito do processo de ampliação do SRC, denominado SRC II, foi assinado o primeiro Aditamento ao Contrato de Concessão, em junho de 2012, prorrogando-o por mais dez anos, até 2026 e estendendo o SRC à totalidade do município de Águeda e aos novos municípios de Oliveira do Bairro e Vagos que integraram a Associação.

É ainda abastecida a freguesia de Válega, pertencente ao Município de Ovar.

Todos os sistemas de abastecimento destes municípios estão integrados na AdRA (Águas da Região de Aveiro), parceria entre o Estado, através da AdP e um conjunto de municípios pertencentes à CIRA (Comunidade Intermunicipal da Ria de Aveiro).

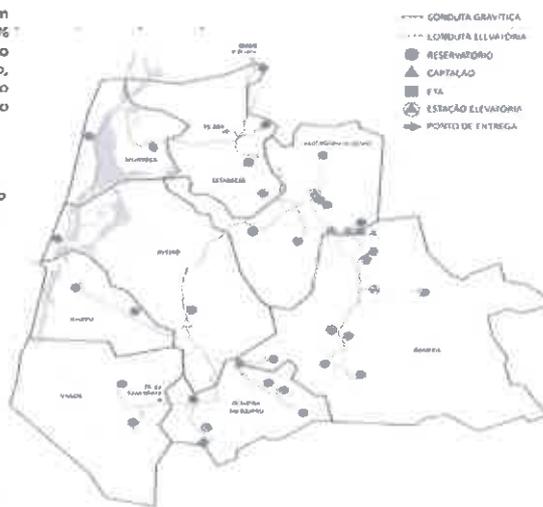
A empresa Águas do Vouga, S.A. foi constituída em Abril de 1996 com um capital de 3.250.000€, integralmente realizado e detido a 100% pela AQUAPOR, em resultado de adjudicação de concurso público internacional para a: "Exploração e Gestão do Sistema de Captação, Tratamento, Elevação, Transporte e Armazenamento principal do Sistema Regional do Carvoeiro", por um período de 20 anos. Com o primeiro aditamento esse período foi prolongado por mais 10 anos.



Municípios Abrangidos:
Águeda, Aveiro, Albergaria-a-Velha, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro e Vagos

População Abrangida
250.000 habitantes

Principais Infraestruturas:
**1 Captação superficial
1 Captação subterrânea
(2 poços + 11 furos)
1 Estação de Tratamento de Água
(2.286 m³/h)
4 elevatórias e 1 Booster
19 Reservatórios (35.850 m³)
34 Pontos de Entrega
221 km de rede**



3.2. ESTRUTURA ACIONISTA

A Águas do Vouga é uma empresa com um capital de 3.250.000 euros integralmente realizado e detido a 100% pela Aquapor – Serviços, S.A.

3.3. ÓRGÃOS SOCIAIS

- Mesa da Assembleia Geral:

Carlos Alberto da Silva Rodrigues – Presidente;
Cláudia Sofia Delicado Baleiras Dias Correia – Secretária.

- Conselho de Administração:

Eng. Fausto Manuel Melo de Oliveira, Presidente;
Dr. António Manuel Paredes Pereira da Cunha, Administrador;
Eng. Carlos Alberto Silva Rodrigues, Administrador

- Órgão de Fiscalização:

Fiscal Único: Deloitte & Associados - SROC S.A., representada por Ana Alexandra Dornelas Pinheiro
Suplente do Fiscal Único: João Carlos Henriques Gomes Ferreira

4

MISSÃO E POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO

4.1. MISSÃO

A Águas do Vouga tem como objetivo, no âmbito dos seus direitos e deveres contratuais, satisfazer as necessidades no domínio do abastecimento de água, de forma eficiente, garantindo o abastecimento em quantidade e qualidade, promovendo elevados índices de satisfação das populações, potenciando a sua atividade como ferramenta de apoio ao desenvolvimento económico e social a nível local, e assegurando a preservação do ambiente

4.2. VISÃO

A Águas do Vouga pretende ser uma Concessão que se constitua como benchmark nacional na relação custo/eficiência do serviço, dando continuidade à boa avaliação que tem sido obtida nos índices de desempenho.

Ser uma empresa que transmita confiança aos seus Clientes e onde os Colaboradores se orgulhem de trabalhar.

4.3. VALORES

Com uma cultura própria, recebida da AQUAPOR, a Águas do Vouga tem sabido escolher um percurso vencedor. Pretendemos manter essa cultura através da assunção dos seguintes valores:

- Dinamismo e Profissionalismo
- Espírito de Equipa
- Criação de valor
- Respeito pelo ambiente
- Ética
- Estabilidade

5 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

O ano de 2023 manteve-se como mais um ano de continuidade no cumprimento do contrato de uma empresa que atingiu a estabilidade.

Continua por assinar o 2.º aditamento ao contrato de concessão, mas que também continua em prática, que é o grande objetivo específico da empresa.

A fiabilidade da quantidade e qualidade da água solicitada pela entidade gestora da baixa, completam os outros objetivos estratégicos da empresa.



6

SINTESE DE ATIVIDADE EM 2023

6.1 ENVOLVENTE EXTERIOR

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

GERAL

O ano de 2023 foi marcado pela continuação da guerra Rússia-Ucrânia e pelo surgimento de um novo conflito no Médio Oriente, entre Israel e o Hamas, resultando num aumento da incerteza no panorama geopolítico internacional com um elevado potencial de destabilização de maior impacto nos preços da energia e na confiança dos agentes económicos.

A taxa de inflação abrandou na área do euro e nos EUA, após ter atingido , em 2022, um máximo histórico.

De acordo com a informação histórica do Banco de Portugal e EMMI, a evolução da Euribor nos últimos 3 anos foi a seguinte (valores médios no fim do período):

	2021	2022	2023
Euribor 1M	-0,56%	-0,01%	3,17%
Euribor 3M	-0,55%	0,23%	3,35%
Euribor 6M	-0,52%	0,53%	3,56%
Euribor 12M	-0,49%	0,92%	3,85%

Fonte: EMMI (valores médios de fim de período)

Portugal

A economia portuguesa apresentou um desempenho favorável, mas em desaceleração.

O **PIB** registou uma variação homóloga em termos reais de 2,1% (menos 4.7 p.p.), resultante quer da redução do contributo da procura interna quer no contributo das exportações, pelos efeitos cumulativos da inflação em níveis elevados e maior restritividade das condições de financiamento pela subida das taxas de juro.

No mercado de trabalho, verifica-se um aumento da **taxa de desemprego** em 0,4 p.p., verificando-se simultaneamente um aumento da população ativa.

Relativamente à evolução nos preços, a inflação, medida pelo **Índice de Preços no Consumidor** (IPC), teve oscilações com tendência decrescente ao longo de 2023 situando-se em 4,3% no ano (7,8% em 2022).

A taxa de variação média anual **do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor** (IHPC) situou-se em 5,3%, (redução de 2,8p.p. face ao ano de 2022).

Apresentam-se em seguida as taxas de variação anual dos principais indicadores económicos, com base na informação do Banco de Portugal e do INE:

Taxa de variação anual	2021	2022	2023
PIB	5,5%	6,8%	2,1%
IPC	1,3%	7,8%	4,3%
IHPC	0,9%	8,1%	5,3%
Desemprego	6,6%	6,1%	6,5%
Consumo Privado*	4,7%	5,6%	1,0%
Consumo Público*	4,6%	1,4%	1,1%
Exportações*	13,5%	17,4%	4,3%
Importações*	13,3%	11,1%	1,3%

Fonte: Banco de Portugal e INE (Base 2012)

* Dados Dezembro de 2023

6.2 ENQUADRAMENTO DO SETOR 2023

Ao nível nacional, foi recentemente aprovado o PENSAARP 2030 – Plano Estratégico para o Setor de Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais. Este plano estratégico tem como objetivos globais a promoção da eficácia, eficiência e sustentabilidade dos serviços e a valorização do ambiente, da economia e da sociedade através dos mesmos serviços.

Portugal - Atividade do Setor

De acordo com o RASARP 2023, existem atualmente em Portugal 353 entidades gestoras, das quais 230 com atividade de abastecimento público de água, 225 com atividade de saneamento de águas residuais urbanas e 258 com atividade na gestão de resíduos urbanos.

O setor é caracterizado por uma grande diversidade de realidades, não apenas ao nível do modelo de gestão adotado, mas também em relação à escala e recursos económico-financeiros e técnicos das entidades gestoras.

Segundo a ERSAR (RASARP, 2023), no abastecimento de água em alta, verifica-se que as concessões multimunicipais abrangem o maior número de municípios (174) e de população

(5,1 milhões habitantes), sendo também o modelo que cobre a maior parte do território nacional, cerca de 71%.

No saneamento em “alta”, o tipo de modelo com maior representatividade é igualmente o das concessões multimunicipais, com 202 municípios e 7 milhões de habitantes, abrangendo 74% da área territorial.

Entidades Gestoras em "Alta"	Água	Saneamento	Resíduos Urbanos
Concessões Multimunicipais	6	8	12
Concessões Municipais	4	2	-
Delegações estatais	1	-	-
Parcerias Estado / Municípios	1	1	-
Empresas Municipais ou Intermunicipais	1	-	9
Associações de Municípios	-	1	2
Serviços Municipalizados ou Intermunicipalizados	3	-	-
Serviços Municipais	2	-	-
TOTAL	18	12	23

Fonte: ERSAR, RASARP, 2023

Na vertente da “baixa”, existem em Portugal 222 entidades no abastecimento de água e 213 no saneamento de águas residuais, repartidas por 7 e 6 modelos de gestão, respetivamente.

Nos serviços de abastecimento de água em “baixa”, os serviços municipais são o modelo com maior representatividade, abrangendo cerca de 2,5 milhões de habitantes e 145 concelhos, seguindo-se os serviços municipalizados ou intermunicipalizados, com 2,3 milhões de habitantes e 21 concelhos, as empresas municipais ou intermunicipais, com 2,2 milhões de habitantes e 68 concelhos e as concessões municipais, com cerca de 1,7 milhões de habitantes e 30 concelhos.

Ao nível do saneamento de águas residuais em “baixa”, os serviços municipais também têm a maior representatividade, abrangendo cerca de 3,1 milhões de habitantes e 141 concelhos, seguindo-se os serviços municipalizados ou intermunicipalizados, com 2,3 milhões de habitantes em 20 concelhos, as empresas municipais ou intermunicipais, com 2,2 milhões de habitantes em 68 concelhos, as concessões municipais, com 1,5 milhões de habitantes em 22 concelhos, e as parcerias Estado/Municípios, com 0,8 milhões de habitantes distribuídos por 25 concelhos.

Entidades Gestoras em "Baixa"	Água	Saneamento	Resíduos Urbanos
Concessões Multimunicipais	1	-	-
Concessões Municipais	25	22	-
Delegações estatais	1	-	-
Parcerias Estado / Municípios	3	3	-
Empresas Municipais ou Intermunicipais	29	28	20
Associações de Municípios	-	1	2
Serviços Municipalizados ou Intermunicipalizados	19	18	8
Serviços Municipais	144	141	207
TOTAL	222	213	237

Fonte: ERSAR, RASARP, 2023

No que se refere à avaliação da qualidade de serviço, a **acessibilidade física dos serviços** de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, ambos em "baixa", é atualmente considerada boa para o território continental (RASARP, 2023).

Abastecimento de água em Portugal continental		Saneamento de águas residuais em Portugal continental	
Serviço em baixa		Serviço em baixa	
Área predominantemente urbana	99%	Área predominantemente urbana	98%
Área mediantemente urbana	95%	Área mediantemente urbana	89%
Área predominantemente rural	93%	Área predominantemente rural	75%

Fonte: ERSAR, RASARP, 2023

No que se refere aos restantes indicadores, sem prejuízo do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelas entidades gestoras, o RASARP 2023 destaca como principais oportunidades de melhoria nos serviços em baixa:

- Abastecimento de água – adesão ao serviço, reabilitação de condutas, utilização da infraestrutura de tratamento e produção própria de energia. Destaca também a água não faturada e as perdas reais de água.
- Saneamento de águas residuais – ocorrência de inundações, adesão ao serviço por rede fixa, reabilitação de coletores, monitorização da condição de coletores, adequação dos recursos humanos no tratamento de águas residuais e controlo de descargas de emergência e de tempestade.

Em termos de número de concessões municipais de abastecimento de água em baixa, entre as 25 concessões existentes, a Aquapor em 2022 detinha 9, representando 44% em termos do número de alojamentos servidos por concessões, a que se acresce a Luságua Lisboa que faz a gestão da área do Porto de Lisboa.

Entidades Gestoras - Baixa	Nº Entidades	Alojamentos existentes (milhares)	Água Entrada Sistema (milhares m³)	Água não faturada (%)
GRUPO AQUAPOR	9	348	44 215	14,2
Concessões Municipais	25	859	95 599	15,7
País	222	5 728	823 036	27,1

Fonte: ERSAR, RASARP, 2023

Quanto à **água não faturada**, segundo o RASARP 2023, a média continental foi de 27,1% referente ao ano de 2022, enquanto a média do Grupo Aquapor foi de 14,2% no mesmo período. A tabela e gráfico seguintes refletem a evolução do Grupo Aquapor ao longo dos últimos anos, já contemplando o ano de 2023, em que o nível de água não faturada foi de 15,2%,

De referir que a descida dos volumes e número de clientes desde 2021 se deve ao término de duas das concessões do grupo: Águas do Sado, em 2022 e Águas do Lena, em 2023.

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Água entrada sistema (*)	61 836	56 841	53 977	51 642	52 871	51 734	53 547	51 715	55 720	55 560	56 342	44 215	44 675
Água não faturada (*)	15 909	12 422	11 022	9 981	9 984	9 146	9 368	9 387	9 896	9 879	9 775	6 266	6 779
Água não faturada (%)	25,7%	21,8%	20,4%	19,3%	18,9%	17,7%	17,5%	18,1%	17,8%	17,8%	17,3%	14,2%	15,2%
Clientes (nº)	382 294	379 695	378 019	378 537	378 628	378 426	382 407	385 536	401 642	403 810	408 060	344 067	338 983

(*) Valores em milhares m³



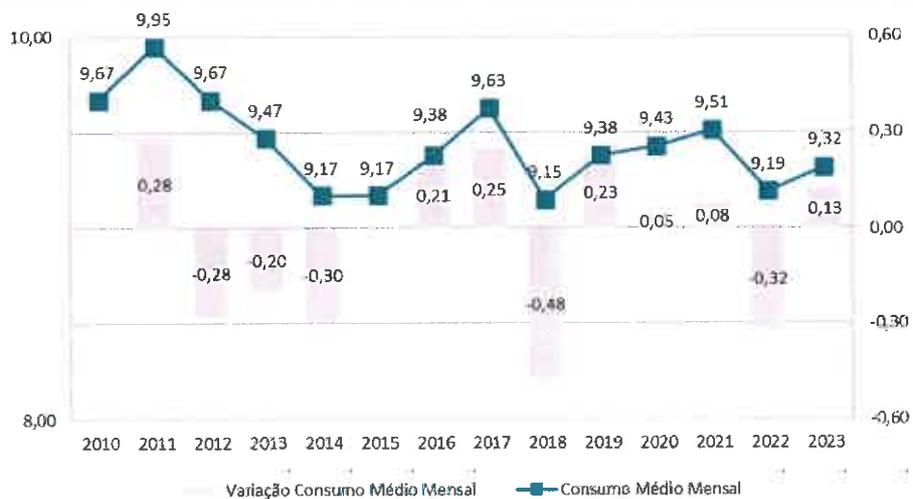
No gráfico seguinte efetua-se a comparação da evolução da água não faturada do Grupo AQUAPOR com a média do País dos últimos anos, de acordo com os dados disponíveis no RASARP.



No gráfico seguinte, apresenta-se a evolução crescente contínua do número de clientes registada nos últimos anos, apenas invertida em 2022 e 2023 devido ao término das duas concessões já referenciadas.



Quanto ao **consumo**, para o universo de municípios e clientes servidos pelo Grupo Aquapor, verifica-se um ligeiro aumento de 0,13 m³/Cliente/mês, situando-se em 9,32 m³/Cliente/mês.



6.3 PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2023

FACTOS RELEVANTES

A empresa Águas do Vouga é concessionária do SRC, que abastece em alta os sistemas em baixa de oito municípios, que são geridos pela AdRA, a que correspondem 280.000 habitantes, de acordo com o Aditamento ao Contrato assinado em junho de 2012.

Do ano de 2023, tendo sido um ano de continuidade no cumprimento do seu contrato de uma empresa que atingiu a estabilidade, sem registo de factos negativos com relevância.

O consumo de água foi de 14 954 614 m³, acima do consumo mínimo e acima do verificado no ano de 2022.

Em fevereiro foi realizada intervenção na ETA, no âmbito de garantia de obra, sob responsabilidade da AMC-V, que impossibilitou o funcionamento da captação superficial, tendo havido necessidade de gestão de consumos com a AdRA.

Registo para a ocorrência de uma rotura na conduta que abastece Aveiro, Ílhavo, O. do Bairro e Vagos, na conduta DN600, na Pateira da Semouqueira. Esta área ficou a ser abastecida só pela conduta de redundância, DN 400, que implicou uma redução do caudal do SRC em cerca de 4.000 m³/dia.

No que respeita ao Plano de Controlo de Qualidade de água (PCQA), cumpriu-se o plano aprovado pela ERSAR tanto em relação à frequência da amostragem como ao cumprimento do Valor Paramétrico.

Publicado o Decreto-Lei 69/2023, de 21 de agosto que estabelece o regime jurídico da qualidade da água destinada ao consumo humano, transpondo diversas diretivas europeias, e revogando o Decreto-Lei 306/2007.

Continua por assinar com a concedente o 2.º aditamento ao contrato de concessão. Têm sido aplicados pressupostos (tarifa e renda) acordados com a Concedente, que terão de ser vertidos na minuta final. Refira-se, contudo, que em 2023, a ERSAR emitiu parecer favorável à minuta e ao EVEF, respetivos.

DESEMPENHO DA EMPRESA

O volume de água vendida foi de 14 954 614 m³ acima do consumo mínimo e do verificado no ano de 2022.

Volume de Água (m³)

	2021	2022	2023	Var. %
Água Produzida	14 396 132	14 435 304	15 093 081	5%
Água Fornecida	14 333 162	14 353 780	14 954 614	4,19%
Perdas* % (I)	0,44%	0,56%	0,92%	62%

(I) inclui perdas físicas, económicas e outras de carácter operacional

6.4 EXPLORAÇÃO DO SISTEMA



PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

Para além das atividades normais num sistema de abastecimento de água com as características do das Águas do Vouga, foram implementadas as seguintes ações para a concretização dos objetivos definidos:

ÁREA DE ATUAÇÃO – QUALIDADE DO SERVIÇO

Objetivos	Ações
Fiabilidade do sistema	<p>Manutenção da Certificação de acordo com Norma ISO 9001 – Qualidade. Manutenção e continuidade de Sistema Integrado de Gestão que inclui Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho, Plano de Segurança da Água e Gestão Patrimonial de Infraestruturas.</p> <p>Manutenção e conservação dos órgãos e equipamentos</p> <p>Campanha de limpeza do leito do rio na área das captações</p> <p>Renovação de licenciamento de Equipamentos Sob Pressão (ESP)</p>

ÁREA DE ATUAÇÃO – QUALIDADE DA ÁGUA

ÁREA RESPONSÁVEL – EXPLORAÇÃO

Objetivos	Ações
Fornecer água com qualidade	Cumprido o plano de controlo analítico anual previsto

Limpeza e desinfeção dos reservatórios

Monitorização da qualidade da água

ÁREA DE ATUAÇÃO – RESULTADO DO EXERCÍCIO

ÁREA RESPONSÁVEL – EXPLORAÇÃO

Objetivos	Ações
Garantir a sustentabilidade económica	Rentabilizar a capacidade instalada e não aumentar a % perdas
Otimizar Custos	Aquisição de dados e Informação que permita otimizar o funcionamento do sistema. Aumento da eficiência energética de Instalações elevatórias
Caudal consumido a 100% do caudal previsto.	Garantir continuamente o caudal solicitado, atuando preventivamente e de imediato em emergências
Aumento da receita	Fiabilidade e qualidade, para minimizar consumo de água de origens próprias

OPERAÇÃO DOS ATIVOS

O objetivo de assegurar a estabilidade funcional e operacional do sistema foi alcançado na sua totalidade.

Tendo como objetivo a reposição da capacidade produtiva face à disponibilidade hídrica do rio, foi necessário proceder a limpeza do leito do rio em alguns meses do ano.

MANUTENÇÃO DO SISTEMA

Foram asseguradas as atividades de manutenção do sistema, nos seus diversos domínios.

SISTEMA DE CONTROLO DE QUALIDADE

Foi integralmente cumprido o programa de controlo analítico da qualidade da água, proposto e aprovado pela ERSAR para 2023.

Publicado o Decreto-Lei 69/2023, de 21 de agosto que estabelece o regime jurídico da qualidade da água destinada ao consumo humano, transpondo diversas diretivas europeias, e revogando o Decreto-Lei 306/2007.

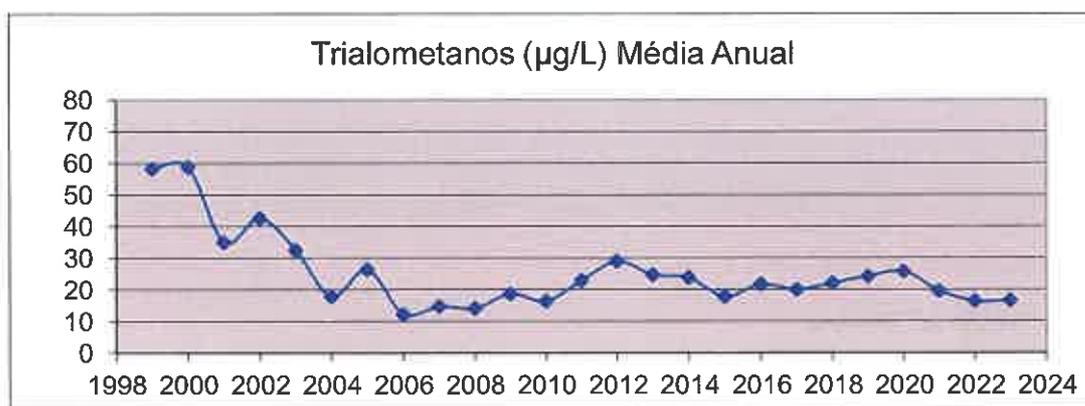
O PCQA-Programa de Controlo de Qualidade da Água para o ano de 2024, encontra-se aprovado pela ERSAR. Este PCQA, teve em consideração alterações resultantes da publicação do Decreto-Lei 69/2023.

No mês de junho verificou-se Auditoria no âmbito do processo de Indicadores de Desempenho, realizada pela ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos).

Foram realizadas aproximadamente 3500 determinações a cerca de 70 parâmetros, no âmbito do Plano de Controlo de Qualidade do Sistema. Foi despendida a verba aproximada de 30 m Eur., que engloba os custos do controlo do SRC e os custos das análises oferecidas aos municípios no âmbito do acordo inicial estabelecido.

Não se verificou qualquer incumprimento de qualidade de água.

O valor médio de trialometanos (16,6 µg/L) baixou ligeiramente em relação a 2022, com valores sempre abaixo do valor paramétrico (80 µg/L) e muito inferiores aos encontrados em anos anteriores.



ÁREA COMERCIAL

A atividade comercial, dadas as limitações contratuais e conjunturais, manteve-se na fidelização do cliente, através da fiabilidade do SRC. Uma vez que a AdRA tem origens próprias, alternativas ao consumo de água oferecido pelo SRC, a concretização dos objetivos anuais, em termos de resultados do exercício, está fortemente condicionada à gestão de consumos que se verifiquem.

O Volume de Negócios realizado pela empresa em 2023 ascendeu a 8.814.098 euros repartidos da seguinte forma:

Vendas e Prestações de Serviços

	2021	2022	2023	Var. %
Venda de Água	7 137 574	7 645 160	8 814 098	15%
Prestação Serviços	185	4 512	248	-95%
Total de Volume de Negócios	7 137 760	7 649 672	8 814 344	15%

Nestas condições, e considerando o contexto em que este aditamento ao contrato de concessão se insere, a água vendida (faturada) foi ligeiramente acima do caudal mínimo.

	Volume Fornecido (m3)	Valor da Venda (€)	Tarifa Média (€)
2009	9 175 396	2 696 649	0,29
2010	9 303 897	2 835 935	0,30
2011	9 655 419	3 009 594	0,31
2012	9 523 241	3 056 008	0,32
2013	9 597 701	3 405 609	0,35
2014	8 691 889	3 409 082	0,39
2015	11 188 654	5 379 272	0,48
2016	14 439 700	6 111 163	0,42
2017	14 442 822	6 273 663	0,43
2018	14 025 982	6 344 957	0,45
2019	14 055 538	6 734 739	0,48
2020	14 239 321	6 972 103	0,49
2021	14 333 162	7 137 574	0,50
2022	14 353 780	7 645 160	0,53
2023	14 954 614	8 814 098	0,59
Varição 23/22	4,19%	15,29%	6,96%

Nota: Dos 14.954.614 m3 fornecidos em 2023, 120 954 m3 foram faturados a 0 € (1º escalão)

6.5 ORGANIZAÇÃO, PROCESSOS E SISTEMAS

SISTEMA DE GESTÃO DE QUALIDADE

Os grandes objetivos previstos para 2023 foram, em primeiro lugar garantir a quantidade e qualidade da água, que fosse solicitada ao sistema, o que foi conseguido. Acrescem o continuar a prestar um serviço de Qualidade, com satisfação dos clientes, otimizando a exploração e a capacidade instalada.

O consumo de água foi de 14 954 614 m³, acima do consumo mínimo e acima do verificado no ano de 2022, não tendo havido falhas no abastecimento, nem incumprimentos de qualidade de água.

O sistema de gestão está globalmente concebido, implementado e mantido de acordo com os requisitos da Norma ISO 9001, e a Política de Qualidade manteve-se adequada.

A avaliação da satisfação do cliente, realizou-se através de:

Retorno de informação da Concedente e/ou das Entidades Gestoras em baixa (utilizadores);

Eficiência com que a Águas do Vouga atende os requisitos e expectativas do seu cliente, evidenciada pelo cumprimento do contrato de Concessão.

A não existência de reclamações, a relação de proximidade existente com a Concedente e o cumprimento do especificado no Contrato de Concessão, fazem prova da satisfação do Cliente.

Continuação do processo de licenciamento dos RAC's da EE2 pela Associação. Foi concedida a aprovação da instalação e realizada a inspeção por Organismo Independente para pedido de Autorização de Funcionamento. Iniciado, pela Associação, processo de licenciamento de saturadores de ar para flotação. Aguarda-se aprovação. Renovação de licenciamento de vários RAC's.

Aguarda-se aprovação da proposta de Regulamento de Serviço, pela Concedente como previsto no Dec.Lei 194.

Em abril de 2023 foi realizada a Auditoria externa de acompanhamento, tendo sido mantida a certificação do Sistema de Gestão da Qualidade, segundo a Norma ISO 9001.

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

A empresa instalou e implementou os sistema e procedimentos de funcionamento definidos na Aquapor.

Continuação de introdução de informação e correções de cadastro, quando necessário, no âmbito do SIG-AQUAPOR

RELAÇÕES COM A CONCEDENTE

As relações com o Concedente centraram-se na resolução de assuntos relacionadas com o Contrato de Concessão. O Plano de Contingência da Águas do Vouga encontra-se elaborado e aprovado, tendo sido inventariadas ações, conforme previsto no Contrato de Concessão, para aumento da resiliência do Sistema Regional do Carvoeiro.

CONTRATO DE CONCESSÃO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL. COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

Em 2016 foram acordadas as bases do 2.º aditamento, que repõe o equilíbrio económico-financeiro da concessão, alterado em consequência da execução das obras do SRC II. A minuta e o EVEF foram enviados à ERSAR, que se pronunciou favoravelmente. O processo será submetido pela Concedente à aprovação das respetivas Assembleias Municipais dos municípios que compõem a Associação em 2024. No plano real, tem sido praticado desde 2018, por acordo com a Concedente, o tarifário e renda do último EVEF acordado.

A Comissão de Acompanhamento exerceu a sua atividade dentro do previsto.

RELAÇÕES COM OUTROS INTERESSADOS NO DESEMPENHO DA SOCIEDADE

Registo importante para a intervenção que a AMC-V e as Águas do Vouga têm na sociedade, numa perspetiva de aproximação e de dar a conhecer a atividade desenvolvida e de mostrar a sua importância para esta região, destacando-se este ano o retomar de visitas no âmbito do "Roteiro da água".

7

ANÁLISE ECONÓMICO – FINANCEIRA

7.1 ANÁLISE DE GASTOS E RENDIMENTOS

Os resultados gerados pela Águas do Vouga registaram um aumento de 57% face ao ano anterior.

Demonstração dos Resultados				
	2021	2022	2023	Var. %
Vendas	7 137 574	7 645 160	8 814 098	15%
Prestações de Serviços	185	4 512	246	-95%
Volume de Negócios	7 137 760	7 649 672	8 814 344	15%
Subsídios à Exploração	0	0	5 590	
CMVMC	21 134	27 870	25 580	-8%
Fornecimentos e Serviços Externos	2 070 703	3 376 832	3 000 389	-11%
Gastos com o Pessoal	447 044	454 161	475 820	5%
Outros Resultados Operacionais	(44 416)	(106 845)	(36 915)	65%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (RADFI)	4 554 462	3 683 942	5 281 158	43%
Amortizações	1 135 441	1 138 291	1 104 737	5%
Resultado operacional (RO)	3 419 021	2 545 651	4 086 413	61%
Resultados Financeiros	(403 078)	59 347	16 016	-73%
Resultados Antes de Impostos	3 015 942	2 604 998	4 102 429	57%
Imposto Sobre o Rendimento	708 529	626 385	992 021	58%
Resultado Líquido do Exercício	2 307 413	1 978 614	3 110 408	57%

O aumento do volume de negócios em 15% decorre da atualização tarifária e do aumento do caudal faturado/fornecido.

O resultado operacional aumenta de forma significativa (61%), com um impacto de 1.5 Milhões de euros, como consequência do aumento do volume de negócios e redução do custo da eletricidade. A eletricidade, no ano de 2023 teve um decréscimo de 22% face a 2022, contribuindo com uma redução de 531 Milhares de Euros.

7.2 ANÁLISE DO BALANÇO

Balanço		(em euros)			
	2021	2022	2023	Var. %	
Ativo					
Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis	5 581 464	4 511 370	3 413 277	-24%	
Outros	46 311	47 770	49 330	3%	
Total dos Ativos não Correntes	5 627 775	4 559 139	3 462 606	-24%	
Contas a Receber	135 909	316 373	2 814 999	790%	
Caixa e Depósitos Bancários	2 707 704	5 408 313	3 447 626	-36%	
Outros	110 889	105 698	119 155	13%	
Total dos Ativos Correntes	2 954 503	5 830 384	6 381 780	9%	
Total do Ativo	8 582 278	10 389 523	9 844 387	-5%	
Capital Próprio e Passivo					
Capital Próprio	6 207 413	5 876 614	7 010 408	19%	
Dívidas a Pagar	462 512	285 888	185 888	-35%	
Outros	250 043	250 128	241 447	-3%	
Total dos Passivos não Correntes	712 555	536 016	427 335	-20%	
Dívidas a Pagar	1 662 310	3 974 893	2 408 644	-39%	
Total dos Passivos Correntes	1 662 310	3 974 893	2 408 644	-39%	
Total do Passivo	2 374 865	4 510 909	2 833 979	-37%	
Total do Capital Próprio e do Passivo	8 582 278	10 389 523	9 844 387	-5%	

O Total do Ativo Líquido atingiu, no final de 2023 os 9.8 Milhões de Euros, registando uma diminuição de 5% face ao ano de 2022.

O **Ativo não Corrente** diminuiu 1.1 Milhões de Euros com o impacto mais significativo da amortização dos ativos intangíveis.

O **Ativo Corrente** apresenta um aumento de 0.6 Milhões de Euros como consequência do aumento dos saldos de contas a receber em 2.6 milhões euros paralelamente compensado pela redução de saldo de depósitos bancários em 2.0 Milhões euros.

Um aumento de 19% verificado no **Capital Próprio** decorre do Resultado Líquido registado no exercício.

O total do **Passivo** diminuiu 1.7 Milhões de Euros, pela redução das dívidas a pagar em 1.5 Milhões Euros.

8

PERSPETIVAS PARA O FUTURO

Prevê-se que no ano de 2024, seja um ano de continuidade, numa empresa que atingiu a maturidade e terá como perspetiva a assinatura do 2.º aditamento.

Resumidamente, o orçamento para 2024, tem como grandes objetivos, na sua continuidade:

1. Continuar a prestar um serviço de Qualidade, com satisfação dos clientes, otimizando a exploração e a capacidade instalada
2. Continuar a fornecer água de Qualidade
3. Aumentar resiliência do Sistema às adversidades climáticas e operacionais.
4. Continuar com funcionamento em pleno do SRC II e adquirir dados e informação que permita otimizar o seu funcionamento
5. Obter um Bom resultado do exercício



9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentados os resultados das atividades desenvolvidas em 2023, deseja este Conselho de Administração manifestar o seu mais elevado apreço e consideração a todos quantos, direta ou indiretamente, contribuíram para os resultados obtidos, destacando:

1. A Entidade Concedente, a AMC-V;
2. Aos membros do Conselho Diretivo e Assembleia Geral da Concedente.
3. O acionista, pelo interesse, disponibilidade e apoio reiteradamente demonstrados no acompanhamento da empresa;
4. Os Organismos e Serviços Públicos, em geral, e à Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos em particular, pelo relacionamento mantido na resolução dos assuntos compreendidos nas suas áreas de competência;
5. Os Fornecedores, pelo esforço posto na pronta satisfação das necessidades da empresa;
6. Os Clientes, pela sua exigência crítica e boa colaboração;
7. Os Membros da Mesa da Assembleia-Geral, pelo empenho posto no exercício das suas funções;
8. Os Colaboradores da Águas do Vouga, pelo seu notável sentido de serviço e de missão.

10 OUTRAS INFORMAÇÕES

Nos termos do disposto no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais importa referir o seguinte:

- Não existem factos relevantes ocorridos após o fecho do exercício de 2023 para além da informação divulgada na Nota dos Acontecimentos Após a Data do Balanço, no Anexo às Demonstrações Financeiras;
- Não foram adquiridas ou alienadas ações próprias durante o exercício;
- Não houve qualquer negócio entre a sociedade e os seus Administradores no exercício de 2023;
- A sociedade não tem sucursais.

11 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2023, no montante de 3.110.408 euros, tenha a seguinte distribuição:

A importância de 3.110.408 euros para distribuição de dividendos.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Fausto Manuel Melo de Oliveira



António Manuel Paredes Pereira da Cunha



Carlos Alberto Silva Rodrigues

Albergaria - a - Velha, 04 de março de 2024

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2023 E RESPETIVO ANEXO

Águas do Vouga, S.A.

BALANÇO

em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

Quantias em Euros

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Ativo Não Corrente			
Ativos Fixos Tangíveis	8	196 361	154 722
Ativos Intangíveis	7	3 216 916	4 356 648
Outros Investimentos Financeiros		2 478	2 502
Ativos por Impostos Diferidos	12	46 852	45 268
		<u>3 462 606</u>	<u>4 559 139</u>
Ativo Corrente			
Inventários	9	117 388	102 798
Clientes	13.1	2 448	58 523
Estado e Outros Entes Públicos	15.1	259 874	253 603
Outros Créditos a Receber	13.2	2 552 676	4 247
Diferimentos	15.9	1 768	2 900
Caixa e Depósitos Bancários	4	3 447 626	5 408 313
		<u>6 381 780</u>	<u>5 830 384</u>
Total do Ativo		9 844 386	10 389 523
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio			
Capital Subscrito	13.4	3 250 000	3 250 000
Reservas Legais	15.2	650 000	650 000
Resultados Líquidos do Período	15.2	3 110 408	1 978 614
Total do Capital Próprio		7 010 408	5 878 614
Passivo			
Passivo Não Corrente			
Provisões	11	241 447	250 128
Outras Dividas a Pagar	13.3	185 888	285 888
		<u>427 335</u>	<u>536 016</u>
Passivo Corrente			
Fornecedores	13	738 150	2 313 337
Estado e Outros Entes Públicos	15.1	12 835	12 073
Outras Dividas a Pagar	13.3	1 655 659	1 649 484
		<u>2 406 644</u>	<u>3 974 893</u>
Total do Passivo		2 833 979	4 510 909
Total do Capital Próprio e Passivo		9 844 387	10 389 523

Conselho de Administração

Contabilista certificado

Águas do Vouga, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA
em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

Quantias em Euros

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e Serviços Prestados	10	8 814 344	7 649 672
Subsídios à Exploração		5 590	-
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	9	(25 580)	(27 870)
Fornecimentos e Serviços Externos	15.3	(3 000 369)	(3 376 832)
Gastos com o Pessoal	14	(475 920)	(454 181)
Provisões (Aumentos/Reduções)	11	1 907	(5 258)
Outros Rendimentos	15.4	43 674	3 988
Outros Gastos	15.5	(82 496)	(105 575)
Resultados antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos		5 281 150	3 683 942
Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização	15.6	(1 194 737)	(1 138 291)
Resultado Operacional (antes de gastos de Financiamento e Impostos)		4 086 413	2 545 651
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	15.7	16 077	75 400
Juros e Gastos Similares Suportados	15.8	(62)	(16 053)
Resultado antes de Impostos		4 102 429	2 604 998
Impostos sobre o Rendimento do Período	12	(992 021)	(626 385)
Resultado Líquido do Período		3 110 408	1 978 614

Conselho de Administração


A. Almeida
A. Almeida

Contabilista certificado



Águas do Vouga, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
 em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

Quantias em Euros

	Capital Realizado	Reservas Legais	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	Total de Capital Próprio
1	3 250 000	650 000		2 307 413	6 207 413
APLICAÇÃO DE RESULTADOS					
Constituição da Reserva Legal			2 307 413	(2 307 413)	
Transfêrencia de Resultados do exercício para Resultados Transitados			2 307 413	(2 307 413)	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO					
3					
4				1 978 614	1 978 614
5=3+4				1 978 614	1 978 614
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO					
Distribuições			(2 307 413)		(2 307 413)
6			(2 307 413)		(2 307 413)
7=1+2+3+4+6	3 250 000	650 000		1 978 614	5 878 614
7	3 250 000	650 000		1 978 614	5 878 614
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2023					
APLICAÇÃO DE RESULTADOS					
Constituição da Reserva Legal			1 978 614	(1 978 614)	
Transfêrencia de Resultados do exercício para Resultados Transitados			1 978 614	(1 978 614)	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO					
9					
10				3 110 408	3 110 408
11=9+10				3 110 408	3 110 408
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO					
Distribuições			(1 978 614)		(1 978 614)
12			(1 978 614)		(1 978 614)
13=7+8+9+10+12	3 250 000	650 000		3 110 408	7 010 408

Conselho de Administração



Contabilista certificado



Águas do Vouga, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

	Quantias em Euros	
	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das Atividades operacionais - método direto		
Recebimentos de Clientes	7 034 300	7 997 038
Pagamentos a Fornecedores	(5 718 938)	(1 908 434)
Pagamentos ao Pessoal	(386 786)	(367 896)
Caixa gerada pelas operações	928 576	5 720 708
Pagamentos/recebimentos do imposto sobre o rendimento	(655 596)	(676 631)
Outros recebimentos / pagamentos	254 483	(36 055)
Fluxo de caixa das Atividades operacionais (1)	527 463	5 008 022
Fluxo de caixa das Atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos Fixos Tangíveis	(9 536)	-
Financiamentos concedidos	(500 000)	(2 000 000)
	(509 536)	(2 000 000)
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos concedidos	-	700 000
	-	700 000
Fluxo de caixa das Atividades de investimento (2)	(509 536)	(1 300 000)
Fluxo de caixa das Atividades de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Dividendos	(1 978 614)	(1 007 413)
	(1 978 614)	(1 007 413)
Fluxo de caixa das Atividades de financiamento (3)	(1 978 614)	(1 007 413)
Variações de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	(1 960 687)	2 700 609
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	5 408 313	2 707 704
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3 447 626	5 408 313

Conselho de Administração

Contabilista certificado

ANEXO

(Quantias estão expressas em Euros
exceto quando expressamente indicado de outra forma)

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Águas do Vouga, Exploração e Gestão do Sistema Regional do Carvoeiro, S.A. é uma sociedade anónima, constituída a 16 de abril de 1996 e tem como objeto social a exploração, em regime de concessão, do sistema de captação, tratamento, elevação e armazenamento principal de água do Sistema Regional do Carvoeiro pertença da Associação de Municípios do Carvoeiro, composta pelos municípios de Aveiro, Águeda, Albergaria-a-Velha, Estarreja, Ílhavo, Murtosa e Válega (Ovar).

A empresa tem a sua sede na Estrada Nacional n.º 1, Feira Nova, Albergaria-a-Velha, Portugal. A Águas do Vouga é detida a 100% pela Aquapor – Serviços, S.A., que tem a sua sede em Lisboa.

ATIVIDADE CONCESSIONADA

Em 30 de maio de 1996 foi celebrado o Contrato de Concessão entre a Associação Município do Carvoeiro e a Águas do Vouga, S.A., pelo prazo de 20 anos e mediante uma renda total de 9.975.958 Euros.

O arranque da fase de exploração (Período de Funcionamento Normal), teve início no dia 30 de julho de 1996. Após esta data a responsabilidade da gestão técnica, operacional e administrativa do sistema municipal passou para a Águas do Vouga.

No termo do Contrato, a propriedade de todos os bens, infraestruturas, instalações e equipamentos (com exceção dos stocks de consumíveis e substituíveis do equipamento básico, do equipamento de transporte, do equipamento administrativo e das ferramentas utensílios integrados nos Sistemas e ou afetos), reverterão para o Concedente no final do contrato sem qualquer encargo para este, e em perfeito estado de funcionamento e manutenção, tendo como consideração o desgaste decorrente dos anos de serviço efetuado.

No início desta concessão, parte das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços objeto do contrato de concessão já existia e são propriedade da Concedente. Adicionalmente, a Empresa tem a obrigação de realizar todas as obras necessárias à execução do plano de investimento e a sua exploração.

De acordo com contrato de concessão, estas infraestruturas estão à disposição da Concessionária para os fins da concessão. Dado que a Empresa não controla estes bens (não pode alienar, onerar ou transferir) e não pagou diretamente pelos mesmos, estes ativos não são registados no Balanço da Empresa.

A Empresa reconheceu nas suas demonstrações financeiras, um ativo intangível relacionado com o direito de utilização destas infraestruturas.

Também o valor das rendas fixas definidas para pagamento do uso destes ativos assim como o direito de explorar a concessão, qualificam para reconhecimento como parte do ativo intangível a reconhecer no início da concessão e que constitui o direito de explorar a concessão. Estas rendas terão o valor anual de 249.399 euros, sendo que no ato da assinatura do contrato a concessionária pagou à concedente 50% da totalidade das rendas devidas até ao final do prazo contratual. A renda devida pela concessionária poderá ser revista se se verificar uma alteração superior a 24%, para mais ou para menos dos caudais mensais médios, em relação aos valores previstos.

Em 20 de junho de 2012 foi celebrada a adenda ao Contrato de Concessão inicial, em que se estabelece o aumento em 10 anos do prazo de vigência do contrato até outubro de 2026. Mediante esta alteração foram substituídas as rendas vincendas de 2013 a 2016 (contrato anterior) por uma renda total de 16.825.000 Euros. Contudo, é de referir que o impacto contabilístico decorrente desta adenda, apenas produziu efeitos a partir de 1 de janeiro de 2013.

No ano de 2016 foi assinado com a concedente uma minuta do 2º aditamento, que tem como impactos mais significativos a adaptação do tarifário e retribuição a pagar à concedente.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Empresa faz o relato contabilístico das suas contas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) que fazem parte integrante do SNC.

Não houve derrogações com vista à imagem verdadeira e apropriada.

Em resultado da transposição para o ordenamento jurídico interno da Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, através da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, ocorreram alterações a nível das NCRF que têm aplicação obrigatória para exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016.

As demonstrações financeiras de 2023 foram preparadas usando princípios contabilísticos consistentes com o ano anterior, pelo que não existem contas, seja do balanço seja da

demonstração de resultados, cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

3. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 BASE DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa mantidos de acordo com as NCRF.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade da Sociedade operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade da Sociedade operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro.

Em resultado da avaliação efetuada, e tendo por base a informação disponível na presente data (Nota 17) o Conselho de Administração concluiu manter-se válido o pressuposto da continuidade utilizado na preparação das suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023.

3.2 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A Empresa adotou o disposto nas NCRF, e supletivamente adotou o disposto na IFRIC 12 - Acordos de Concessão de Serviços e da SIC 29 – Divulgação – Acordos de Concessão de Serviços. A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos acordos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo que tem sobre os ativos da concessão.

No âmbito da atividade concessionada, a Empresa reconheceu um ativo intangível que corresponde ao direito de utilização e de exploração das infraestruturas cedidas pelo Concedente.

Embora seja da responsabilidade da Empresa financiar a sua construção das infraestruturas, uma vez que todos os bens se destinam a integrar a concessão e passam a estar automaticamente sujeitos às cláusulas de intransmissibilidade e reversão dos ativos, não se

consideram ativos controlados pela Empresa, pelo que não são reconhecidos como Ativos Fixos Tangíveis. Pela análise efetuada às condições de reequilíbrio económico-financeiro previstas no contrato de concessão, verificámos que certas condições de reequilíbrio estão diretamente associadas do risco de procura e outras estão dependentes de decisões do Concedente ou de outras entidades associadas, e de flutuações de taxas de juro nos mercados financeiros. E desta análise concluímos que as condições de reequilíbrio funcionam como uma garantia a favor do Concedente, limitando a margem auferida pela Empresa e colocando um teto no retorno da concessão. Mas que não constitui um direito a receber do Concedente ou por conta deste, pelo que os valores investidos na concessão foram registados como um ativo intangível. Tendo por base o disposto nas NCRF e supletivamente a IFRIC 12, as políticas contabilísticas adotadas pela Empresa foram as seguintes:

(A) ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os Ativos Fixos Tangíveis referem-se a bens utilizados na produção, na prestação de serviços ou no uso administrativo e são inicialmente valorizados ao custo de aquisição.

Subsequentemente, a Empresa decidiu manter o custo como critério de valorização.

Os Ativos Fixos Tangíveis são depreciados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

As depreciações são calculadas numa base duodecimal, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para a utilização para a finalidade pretendida, utilizando o método da linha reta.

As taxas de depreciação estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2023	2022
Edifícios e Outras Construções	5% - 10%	5% - 10%
Equipamento Básico	12,50%	12,50%
Equipamento de Transporte	25%	25%
Equipamento Administrativo	10% - 33,33%	10% - 33,33%
Outros Ativos Fixos Tangíveis	12,50%	12,50%

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as depreciações é coincidente com o custo.

Os métodos de depreciação, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e. o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

O gasto com depreciações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos / Reversões de Depreciação e Amortização.

Os custos de desmantelamento e remoção de bens do ativo fixo tangível e os custos de restauração do local onde estes estão localizados, em cuja obrigação se incorre quando os bens são adquiridos ou como consequência de terem sido usados durante um determinado período para finalidades diferentes da produção de inventários, fazem parte do custo do ativo fixo tangível correspondente e são depreciados no período de vida útil dos bens a que respeitam. Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do imobilizado a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse imobilizado ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo tangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custos da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Os Ativos Fixos Tangíveis em Curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente depreciados quando se encontram disponíveis para uso.

IMPARIDADE

A Empresa avalia se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar com imparidade no final do ano. Se existir qualquer indicação, é estimada a quantia recuperável do ativo (que é a mais alta entre o justo valor do ativo ou de uma unidade geradora de caixa menos os custos de vender e o seu valor de uso) e reconhecem nos resultados do exercício a imparidade sempre que a quantia recuperável for inferior ao valor contabilístico.

Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações:

- Durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- Ocorreram, durante o período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na entidade, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a entidade opera ou no mercado ao qual o ativo está dedicado;
- As taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso de um ativo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do ativo;
- A quantia escriturada dos ativos líquidos da entidade é superior à sua capitalização de mercado;

- Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo;
- Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera -se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um ativo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um ativo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o ativo pertence, planos para alienar um ativo antes da data anteriormente esperada;
- Existe evidência nos relatórios internos que indica que o desempenho económico de um ativo é, ou será, pior do que o esperado.

Independentemente de haver indicações de estarem em imparidade, os bens que ainda não estão disponíveis para uso são testados anualmente.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efetuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

(B) ATIVOS INTANGÍVEIS

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados, na data do reconhecimento inicial, ao custo. Os Intangíveis gerados internamente, excluindo os custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração de resultados no ano em que o gasto é incorrido.

Após o reconhecimento inicial os Ativos Intangíveis apresentam-se ao custo menos amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As vidas úteis dos Ativos Intangíveis são avaliadas entre finitas ou indefinidas.

Os Ativos Intangíveis com vidas úteis indefinidas não são amortizados, mas são testados quanto à imparidade independentemente de haver ou não indicadores de que possam estar em imparidade.

Os Ativos Intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

A imparidade destes ativos é determinada tendo por base os critérios descritos na alínea a) Ativos Fixos Tangíveis.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efetuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

Para um Ativo Intangível com uma vida útil finita, os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e. o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método da linha reta, exceto para os Direitos de Concessão e Outros em que o método utilizado é o método das Unidades de Produção (caudais de água).

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2023	2022
Direitos de Concessão	26,53%	20,43%
Propriedade industrial	33,33%	33,33%
Outros	26,53%	20,43%

O gasto com amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis finitas é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/reversões de depreciação e amortização.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo intangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custo da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas a alguns dos tipos de Ativos Intangíveis:

(B.1) DIREITOS DE CONCESSÃO RELACIONADOS COM A ATIVIDADE CONCESSIONADA

Para os bens (que se materializarão em direitos de utilização de infraestruturas – IFRIC 12) com vidas úteis superiores ao período da concessão, as amortizações de investimentos iniciais ou os que venham a ser posteriormente aprovados ou impostos pelo Concedente e que materializem em expansão ou modernização das obrigações iniciais, deverão normalmente fazer-se pelo prazo da concessão. No entanto, os investimentos adicionais de expansão ou modernização, cuja vida útil se prolongue para além do prazo da concessão, e que apresentam valor residual darão lugar a uma indemnização equivalente ao valor ainda não amortizado à data do fim da concessão.

As amortizações são calculadas pelo método das Unidades de Produção (caudais de água), isto é, pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais de efluente faturados nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade.

(C) ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDO E IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

(C.1) ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Os Ativos e Passivos por Impostos Diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos ativos e passivos da Empresa.

Os Ativos por Impostos Diferidos refletem:

- As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada;
- Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados.

Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os Passivos por Impostos Diferidos refletem diferenças temporárias tributáveis.

As Diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

A mensuração dos Ativos e Passivos por Impostos Diferidos:

É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço e

Reflete as consequências fiscais que se seguem da forma como a Empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

(C.2) IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O Imposto sobre o Rendimento do Período engloba os impostos correntes e diferidos do exercício.

O Imposto Corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor.

A Empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 21%, acrescida da Derrama até à taxa máxima de 1,5% sobre o Lucro Tributável, de onde resulta uma taxa agregada de 22,5%. Quando o lucro do exercício se situa entre 1,5 e 7,5 milhões de Euros é aplicada uma taxa de Derrama Estadual de 3%, passando esta a 5% quando aquele seja superior a 7,5 e inferior a 35 milhões e uma taxa de 7% acima deste montante, o que resulta numa taxa agregada máxima que poderá variar entre os 22,5% e os 29,5%.

Nos termos da legislação em vigor as declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações.

O Conselho de Administração, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras.

A Empresa está sujeita, desde 2009, ao Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS). O valor do imposto corrente, positivo ou negativo, é calculado por cada empresa filial com base na sua situação fiscal individual e imputado à sociedade dominante. Os resultados positivos ou negativos, que resultam dos ajustamentos de consolidação fiscal são da responsabilidade da empresa dominante.

(D) INVENTÁRIOS

A valorização dos inventários e os respetivos métodos de custeio são os seguintes:

	Valorização	Métodos de Custeio
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Custo de aquisição (*)	Custo médio

(*) - ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo

O custo dos inventários inclui:

- Custos de compra (preço de compra, direitos de importação, impostos não recuperáveis, custos de transporte, manuseamento e outros diretamente atribuíveis à compra, deduzidos de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes);
- Custos de conversão (mão de obra e gastos gerais de produção);
- Outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e condições pretendidos;
- Variações de justo valor, no caso de os inventários terem associados a si instrumentos derivados de cobertura (§37 b) da NCRF 27).

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de aquisição ou de produção, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade, a qual é revertida quando deixam de existir os motivos que a originaram.

Para este efeito, o valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial menos os custos estimados de acabamento e os custos necessários para efetuar a venda. As estimativas tomam em consideração as variações relacionadas com acontecimentos ocorridos após o final do período na medida em que tais acontecimentos confirmem condições existentes no fim do período.

(E) ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

A Empresa não tem registado à data de 31 de dezembro de 2023 quaisquer ativos e passivos financeiros mensurados ao justo valor.

(E1) AO CUSTO AMORTIZADO

São mensurados “ao custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

(i) Clientes e outros créditos a receber

Os saldos de clientes e outros créditos a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subseqüentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

(i) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e Bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende, além da Caixa e Bancos, também os descobertos bancários incluídos na rubrica de Financiamentos Obtidos do Balanço.

(i) Fornecedores e outras dívidas a pagar

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a pagar são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

(E2) AO JUSTO VALOR COM AS ALTERAÇÕES RECONHECIDAS NA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Todos os ativos e passivos financeiros não incluídos na categoria “ao custo amortizado” são incluídos na categoria “ao justo valor” com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor registadas em resultados nas rubricas “Perdas por reduções de justo valor” e “Ganhos por aumentos de justo valor”.

(E3) IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS

Os ativos financeiros incluídos na categoria “ao custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica

“Reversões de perdas por imparidade”. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

(E4) DESRECONHECIMENTO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

(F) ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos ativos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

(G) DIFERIMENTOS ATIVOS E PASSIVOS

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequada a sua integral imputação aos resultados num único exercício.

(H) RUBRICAS DOS CAPITAIS PRÓPRIOS

(H.1) CAPITAL REALIZADO

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

(H.2) RESERVAS LEGAIS

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do Capital Social.

A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no Capital Social (art.º 296 do CSC).

(H.3) RESULTADOS TRANSITADOS

Esta rubrica inclui os resultados realizados disponíveis para distribuição aos acionistas.

(I) PROVISÕES

Esta conta reflete as obrigações presentes (legais ou construtivas) da entidade provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporem benefícios económicos e cuja tempestividade e quantia são incertas, mas cujo valor pode ser estimado com fiabilidade.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço. Sempre que o efeito do valor temporal do dinheiro é material, a quantia de uma provisão é o valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do passivo e que não reflete riscos relativamente aos quais as estimativas dos fluxos de caixa futuros tenham sido ajustados.

Seguem-se algumas especificidades relativas a algumas Provisões:

(I.1) PROVISÕES PARA INVESTIMENTOS DE SUBSTITUIÇÃO

Esta rubrica inclui uma provisão para investimentos de substituição. A empresa vai reconhecendo nas suas contas, o montante a utilizar no futuro, para a reparação e reposição em bom estado de todos os seus equipamentos.

(J) FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os financiamentos estão valorizados ao custo amortizado. Os financiamentos para os quais existe cobertura de taxa de juro fixa incluem também as variações de justo valor (§37 b) da NCRF 27).

Nos financiamentos para os quais existe cobertura de risco de variabilidade de taxa de juro, o respetivo derivado é apresentado em Outros Passivos Financeiros.

(L) EFEITO DAS ALTERAÇÕES DAS TAXAS DE CÂMBIO

As transações em moeda estrangeira são convertidas para Euro às taxas nas datas das transações.

Os saldos que se mantenham em dívida no final do ano são convertidos à taxa de fecho e o diferencial é reconhecido em resultados.

(M) RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui imposto sobre o Valor Acrescentado e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

Quando o preço da venda dos produtos inclui uma quantia identificável de serviços subsequentes, essa quantia é diferida e reconhecida como rédito durante o período em que o serviço é executado.

Embora o rédito somente seja reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a empresa, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável, ou a quantia com respeito à qual a recuperação tenha cessado de ser provável, é reconhecida como uma imparidade, e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Tenham sido transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- Não se mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito das Prestações de Serviços é reconhecido quando o desfecho da transação pode ser fiavelmente estimado o que ocorre quando todas as condições seguintes são satisfeitas:

A quantia de rédito pode ser fiavelmente mensurada;

É provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa;

A fase de acabamento da transação à data do balanço pode ser fiavelmente mensurada; e

Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação podem ser fiavelmente mensurados.

O rédito da atividade concessionada é reconhecido de acordo com o preconizado na NCRF 20 – Rédito.

(N) GASTOS COM O PESSOAL

Os gastos com o pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos empregados independentemente da data do seu pagamento.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Gastos com o Pessoal.

(N.1) FÉRIAS E SUBSÍDIO DE FÉRIAS

De acordo com a legislação laborar em vigor os empregados têm direito a férias e a subsídio de férias no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado. Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte o qual se encontra refletido na rubrica "Outras Dívidas a Pagar".

(N.2) BENEFÍCIOS DE CESSAÇÃO DE EMPREGO

A Empresa reconhece um passivo e um gasto por Benefício de Cessação de emprego quando já se comprometeu de forma demonstrável a:

- Cessar o emprego de um empregado ou grupo de empregados antes da data normal de reforma; ou
- Proporcionar benefícios de cessação como resultado de uma oferta feita a fim de encorajar a saída voluntária.

Considera-se que a Empresa já se comprometeu de forma demonstrável quando tem um plano formal pormenorizado para a cessação e não exista possibilidade realista de retirada e quando o plano incluía, como mínimo:

- A localização, a função, e o número aproximado de empregados cujos serviços estão para ser cessados;
- O benefício de cessação para cada classificação ou função de emprego; e
- Momento em que o plano será implementado.

Os Benefícios de Cessação de Emprego são reconhecidos como um gasto imediatamente e sempre que se vencem a mais de 12 meses após a data do balanço são mensurados pelo valor descontado.

No caso de ofertas feitas para encorajar a saída voluntária, a mensuração dos Benefícios de Cessação de Emprego é baseada no número de empregados que se espera que aceitem a oferta.

(O) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Um Ativo Contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os Ativos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Um Passivo Contingente é:

- Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade,

ou

- Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque:
 - Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efetivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.

(P) EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos subsequentes que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

3.2 JUÍZOS DE VALOR

(A) VIDAS ÚTEIS DOS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização / depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos setores em que a Empresa opera.

(B) IMPOSTOS DIFERIDOS ATIVOS

São reconhecidos Impostos Diferidos Ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Tendo em conta o contexto de crise e o impacto que pode ter nos resultados futuros, torna-se necessário julgamento por parte da Administração para determinar a quantia de impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos tendo em conta:

- A data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis, e
- As estratégias de planeamento fiscal futuro.

3.3 PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias subseqüentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

(A) IMPARIDADE DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS

A imparidade ocorre quando o valor contabilístico de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede a sua quantia recuperável a qual é a mais alta entre o justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso.

O cálculo do justo valor menos os custos de vender é baseado na informação que existe de contratos já firmados em transações de ativos similares, com entidades nas quais não existe relacionamento entre elas, ou preços observáveis no mercado menos custos incrementais para vender o ativo.

O valor em uso é calculado com base num modelo de fluxos de caixa descontados que têm em conta um orçamento para os próximos cinco anos o qual não inclui atividades de reestruturação relativamente às quais ainda não haja qualquer compromisso nem investimentos futuros significativos destinados a melhorar os benefícios económicos futuros que advirão da unidade geradora de caixa que está a ser testada.

A quantia recuperável é sensível sobretudo:

- Quota de mercado durante o período orçamental
- Inflação no preço das matérias-primas
- Margem bruta
- Taxa de crescimento usada para extrapolar os fluxos de caixa para além de 5 anos
- Taxas de desconto usadas para fazer o desconto dos fluxos de caixa futuros.

(B) IMPARIDADE DAS CONTAS A RECEBER

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco tal como referido no parágrafo 3.2.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão vir divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.

(C) PROVISÕES

O reconhecimento de Provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade.

Estes fatores estão muitas vezes dependentes de acontecimentos futuros e nem sempre sob o controlo da Empresa pelo que poderão conduzir a ajustamentos significativos futuros, quer por variação dos

pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

4. FLUXOS DE CAIXA

A rubrica de Caixa e depósitos bancários em 31 de dezembro de 2023 e 2022 tinham a seguinte composição:

	2023	2022
Depósitos à Ordem	3 447 626	5 408 313
	3 447 626	5 408 313

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante o exercício corrente não houve qualquer alteração às NCRF em vigor, pelo que não foi adotada nenhuma nova norma contabilística. Por outro lado, a Empresa não procedeu voluntariamente a qualquer alteração de política contabilística durante o exercício corrente.

No corrente exercício não foram efetuadas quaisquer alterações nas estimativas contabilísticas, assim como não foram igualmente detetados quaisquer erros ou omissões de períodos anteriores.

6. PARTES RELACIONADAS:

As entidades relacionadas da Empresa são as seguintes:

Nome	Atividade	Localização
<i>Aquapor Serviços</i>	Gestão de Participações	Lisboa
<i>Luságua Serviços Ambientais</i>	Tratamento de Águas Residuais	Prestação de Serviços em vários locais do Continente

A empresa-mãe é a Aquapor – Serviços S.A, com sede em Lisboa, que detém uma participação direta na Águas do Vouga, S.A. correspondente a 100% do capital.

A natureza do relacionamento com as partes relacionadas é a seguinte:

Parte relacionada	Natureza do Relacionamento	
	Serviços que a Águas do Vouga presta / Transações que faz	Serviços que a Águas do Vouga recebe / Transações que recebe
<i>Aquapor Serviços</i>	Juros de empréstimos contratos mútuos.	Assistência técnica, aluguer de equipamento, honorários de administrativos.
<i>Luságua Serviços Ambientais</i>	Refaturação de custos vários (portagens, combustível)	Análises de laboratório e trabalhos de manutenção.

A quantia das transações e os saldos pendentes de partes relacionadas são os indicados no quadro seguinte:

Empresa	Ano	Prestações Serviço	Compras de Serviços	Contas a Receber	Contas a pagar
<i>Aquapor Serviços</i>	2023	2 178	457 315	2 178	1 076 364
	2022	15 474	398 391	0	768 402
<i>Luságua Serviços Ambientais</i>	2023	4 345	85 712	270	9 359
	2022	4 139	103 365	0	21 883

As remunerações da pessoal chave da gestão da Empresa encontram-se discriminadas no quadro seguinte:

	2023	2022
Total de benefícios de curto prazo dos empregados	127 202	122 920
Total de remunerações	127 202	122 920

7. ATIVOS INTANGÍVEIS

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período são as seguintes:

	Direitos de Concessão	Propriedade Industrial	Outros	Total Ativos Intangíveis
Custo:				
1 de Janeiro de 2022	23 050 779	63 410	383 323	23 497 511
Aumentos	-	-	-	0
31 de Dezembro de 2022	23 050 779	63 410	383 323	23 497 511
Aquisições	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-
31 de Dezembro de 2023	23 050 779	63 410	383 323	23 497 511
Amortizações e Imparidade:				
1 de Janeiro de 2022	17 692 666	63 410	280 467	18 036 542
Amortizações	1 085 690	3 283	15 348	1 104 321
31 de Dezembro de 2022	18 778 355	66 693	295 815	19 140 863
Amortizações	1 132 086	-	7 646	1 139 732
31 de Dezembro de 2023	19 910 441	66 693	303 461	20 280 595
Valor líquido contabilístico:				
A 31 de Dezembro de 2023	3 140 338	-	79 862	3 216 916
A 31 de Dezembro de 2022	4 272 424	-	87 508	4 356 648
A 1 de Janeiro de 2022	5 358 113	-	102 856	5 460 969

Parte do saldo da rubrica 'Ativo Intangível – Direitos de Concessão' é referente ao Direito de Concessão detido pela empresa e tem como contrapartida a rubrica 'Outros Credores – Associação de Municípios do Carvoeiro'.

8. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período são as seguintes:

	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos	Total Ativos Tangíveis
Custo:						
1 de Janeiro de 2022	8 678	242 744	10 499	102 831	76 756	441 508
Aumentos		67 706		491		68 197
31 de Dezembro de 2022	8 678	310 450	10 499	103 322	76 756	509 705
Aumentos		90 924		5 720		96 643
31 de Dezembro de 2023	8 678	401 374	10 499	109 042	76 756	606 349
Amortizações e Imparidade:						
1 de Janeiro de 2022	3 683	130 384	10 054	101 745	75 148	321 014
Amortizações	392	32 673	98	550	258	33 970
31 de Dezembro de 2022	4 075	163 057	10 152	102 295	75 406	354 984
Amortizações	392	53 359	98	939	217	55 004
31 de Dezembro de 2023	4 466	216 416	10 250	103 234	75 623	409 988
Valor líquido contabilístico:						
A 31 de Dezembro de 2023	4 213	184 959	249	5 808	1 133	196 361
A 31 de Dezembro de 2022	4 604	147 394	347	1 027	1 350	154 722
A 1 de Janeiro de 2022	4 995	112 360	445	1 086	1 608	120 494

Os compromissos à data do balanço que a Empresa apresenta com contratos de aluguer operacional, para cada categoria de ativo, é a constante do quadro seguinte:

	2023	2022
4 Contratos de aluguer de viaturas	41 045	18 707
	41 045	18 707

O total dos futuros pagamentos da locação à data do balanço, repartidos por períodos de vencimento encontra-se detalhado no quadro seguinte:

	2023	2022
	Valor Presente	Valor Presente
Não mais de um ano	11 490	9 964
Mais de um ano	29 554	8 743
Total dos Pagamentos	41 045	18 707

9. INVENTÁRIOS

A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas encontram-se no quadro seguinte:

	2023	2022
Matérias primas, Subs. e de Consumo	117 388	102 798
	117 388	102 798

As quantias de inventários reconhecidas como gasto durante o período encontram-se nos quadros seguintes:

Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	Total
Existências em 1 de Janeiro de 2022	110 889	110 889
Compras	19 779	19 779
Existências em 31 de Dezembro de 2022	(102 798)	(102 798)
	27 870	27 870
Existências em 1 de Janeiro de 2023	102 798	102 798
Compras	40 169	40 169
Existências em 31 de Dezembro de 2023	(117 388)	(117 388)
	25 580	25 580

10. RÉDITO

O rédito discrimina-se da seguinte forma:

	2023	2022
Vendas		
Produtos Acabados e Intermeádios - Água	8 814 098	7 645 160
	8 814 098	7 645 160
Prestações de Serviços		
Serviços - Outros	246	4 512
	246	4 512
	8 814 344	7 649 672

O valor das vendas e prestações de serviços são referentes ao mercado interno.

11. PROVISÕES

O movimento ocorrido nas provisões, por cada provisão, encontra-se refletido no quadro seguinte:

	Provisões para Investimento de Substituição	Outras Provisões	TOTAL
A 1 de Janeiro de 2022	47 907	202 135	250 042
Aumentos do ano	-	5 258	5 258
Ajustamento	(5 173)	-	(5 173)
A 31 de Dezembro de 2022	42 734	207 394	250 128
A 1 de Janeiro de 2023	42 734	207 394	250 128
Reversões do ano	(3 482)	-	(3 482)
Aumentos do ano	-	1 575	1 575
Ajustamento	(6 774)	-	(6 774)
A 31 de Dezembro de 2023	32 478	208 968	241 447

12. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O Gasto por impostos correntes é o indicado no quadro seguinte:

	2023	2022
Imposto Corrente		
IRC do ano	993 605	627 568
	993 605	627 568
Imposto Diferido		
Outros movimentos	(1 584)	(1 183)
	(1 584)	(1 183)
	992 021	626 385

Não houve lançamento de novos impostos, sendo que a taxa de IRC manteve a 21%.

A reconciliação numérica entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável é a indicada no quadro seguinte:

	Base de imposto		Taxa de imposto	
	2023	2022	2023	2022
Resultado antes de impostos	4 102 429	2 604 998		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	21,0%	21,0%		
Imposto sobre o lucro à taxa nominal	861 510	547 050	21,00%	21,00%
Proveitos não tributáveis				
Reversão de provisões tributadas em anos anteriores	10 256	5 173		
	10 256	5 173	(5,55%)	(5,54%)
Custos não dedutíveis para efeitos fiscais				
Multas, coimas e juros compensatórios	32	5		
Provisões para além limites legais	9 221	12 613		
Outros	110	-		
	9 362	12 618	(5,55%)	(5,60%)
Lucro tributável	4 101 536	2 612 444		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	21,00%	21,00%		
Imposto calculado	859 322	548 613	20,95%	21,06%
Tributação autónoma	7 018	6 235	0,17%	0,24%
Derrama	49 218	31 730	1,20%	1,22%
Derrama Estadual	78 046	34 325	1,90%	1,32%
Outros	-	4 298	0,00%	0,16%
Efeito do aumento / reversão de impostos diferidos	(1 584)	1 183	(0,04%)	0,05%
	132 699	77 771	3,23%	2,99%
Imposto sobre o rendimento	992 021	626 385	24,18%	24,05%

Os ativos impostos diferidos reconhecidos no balanço detalham-se da seguinte forma:

	Contas Balanço		Contas Demonstração Resultados	
	2023	2022	2023	2022
Impostos Diferidos Ativos				
Provisões não aceites fiscalmente	46 852	45 268	(1 584)	(1 183)
	46 852	45 268	- 1 584	- 1 183

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As divulgações desta nota abrangem as seguintes rubricas do Balanço:

	2023	2022
Instrumentos Financeiros Ativos		
Não corrente		
Outros Ativos financeiros	2 478	2 502
Corrente		
Clientes		
Valor Bruto	2 448	59 084
Imparidade	-	(562)
	2 448	58 523
Adiantamentos a Fornecedores		
Acionistas	500 000	
Outros créditos a receber	2 052 676	4 247
	2 555 125	62 769

	2023	2022
Instrumentos Financeiros Passivos		
Não corrente		
Outras contas a pagar	185 888	285 888
	185 888	285 888
Corrente		
Fornecedores		
Nacionais	679 767	2 213 056
Países Comunitários	424	
Outras partes relacionadas	57 960	100 280
	738 150	2 313 337
Outras dividas a pagar	1 655 659	1 649 484
	1 655 659	1 649 484

Instrumentos de Capital	2023	2022
Capital	3 250 000	3 250 000
	3 250 000	3 250 000

Todos os ativos financeiros estão mensurados pelo custo menos imparidade.

13.1 CLIENTES

O saldo de clientes c/c decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Total	Dívida não vencida	Dívida vencida			
			<30 Dias	31-60 Dias	61-90 Dias	91-120 Dias
Ano 2023	2 448	2 448	-	-	-	-
Ano 2022	59 084	-	-	-	-	59 084

O movimento ocorrido na imparidade do exercício relativamente a clientes foi o seguinte:

	Saldo Inicial	Reforço do Ano	Utilizações	Reversões	Saldo Final
Exercício de 2023					
Clientes	562	-	-	-	562
	562	-	-	-	562
Exercício de 2022					
Clientes	562	-	-	-	562
	562	-	-	-	562

13.2 OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

O saldo de Outros Créditos a Receber decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2023	2022
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Venda de Água	2 052 116	-
Outros devedores		
Acionistas/Sócios	500 000	-
Outros	561	4 247
	2 552 676	4 247

O Saldo da Rúbrica “Venda de Água” é referente à Provisão da venda de água, dos meses de Outubro a Dezembro.

O Saldo da Rúbrica “Acionistas/Sócios” é referente ao contrato mútuo, celebrado entre as Águas do Vouga e Acionista Aquapor.

13.3 OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

O saldo de Outras Dívidas a Pagar decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2023	2022
Outras dívidas a pagar - não correntes		
Outros credores		
Associação de Municípios do Carvoeiro	185 888	285 888
Outros	-	-
	185 888	285 888
Outras contas a pagar - correntes		
Fornecedores de investimento	0	604
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	64 057	61 077
Outros	442 789	748 765
Outros credores		
Associação de Municípios do Carvoeiro	155 208	174 148
Outros	993 605	664 890
	1 655 659	1 649 484

O saldo da rubrica 'Outros Credores – Associação de Municípios do Carvoeiro' é referente ao Direito de Concessão adquirido pela empresa, conforme respetivo contrato de Concessão e tem como contrapartida a rubrica de Ativos Intangíveis – Direitos de Concessão.

O saldo da rubrica "Outros Credores – outros" inclui o montante de 993.605 Euros referente à estimativa de imposto do exercício a pagar à Aquapor Serviços S.A. no âmbito do RETGS (Nota 15.1)

13.4 CAPITAL SUBSCRITO

As quantias do capital social nominal e do capital social por realizar são as indicadas no quadro seguinte:

O capital social emitido é composto por 650.000 ações com um valor nominal de 5 Euros cada.

	2023	2022
Capital social nominal emitido	3 250 000	3 250 000
Capital social nominal emitido e realizado		
Aquapor - Serviços S.A.	3 250 000	3 250 000
	3 250 000	3 250 000

13.5 COMPROMISSOS FINANCEIROS NÃO INCLUÍDOS NO BALANÇO

No quadro seguinte apresentam-se as garantias bancárias detidas pela empresa a 31 de dezembro de 2023:

Garantia	Banco	Valor	Referência	Entidade	Motivo
98/189/50465	BPI	3 127	Cartões galp frota	Petrogal	Cartões
N00405569	Novo banco	2 992 787		Associação de Municípios do Carvoeiro	Caução de contrato de concessão

13.6 RISCOS RELATIVOS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O risco financeiro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro virem a variar e de se virem a obter resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando o valor patrimonial da Empresa.

No desenvolvimento das suas atividades correntes, a Empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros suscetíveis de alterarem o seu valor patrimonial, os quais, de acordo com a sua natureza, se podem agrupar nas seguintes categorias:

- Risco de mercado
 - Risco de taxa de juro
 - Risco de taxa de câmbio
 - Outros riscos de preço
- Risco de crédito
- Risco de liquidez

A gestão dos riscos acima referidos - riscos que decorrem, em grande medida, da imprevisibilidade dos mercados financeiros - exige a aplicação criteriosa de um conjunto de regras e metodologias aprovadas pela Administração, cujo objetivo último é a minimização do seu potencial impacto negativo no valor patrimonial e no desempenho da Empresa.

Com este objetivo, toda a gestão é orientada em função de duas preocupações essenciais:

- Reduzir, sempre que possível, flutuações nos resultados e cash-flows sujeitos a situações de risco;
- Limitar os desvios face aos resultados previsionais, através de um planeamento financeiro rigoroso, assente em orçamentos plurianuais.

Por regra, a Empresa não assume posições especulativas, pelo que geralmente as operações efetuadas no âmbito da gestão dos riscos financeiros têm por finalidade o controlo de riscos já existentes e aos quais a Empresa se encontra exposta.

A Administração define princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, o risco de liquidez, o risco de crédito e o uso de instrumentos financeiros derivados ou não derivados e o investimento do excesso de liquidez.

A gestão dos riscos financeiros - incluindo a sua identificação e avaliação - é conduzida pela Direção Financeira de acordo com políticas aprovadas pela Administração.

RISCO DE TAXA DE JURO

O risco de taxa de juro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro vir a variar, devido a alterações nas taxas de juro de mercado, alterando o valor patrimonial da Empresa.

A exposição da Empresa ao risco de taxa de juro advém da existência, no seu balanço, de passivos financeiros contratados a taxa variável.

A Empresa utiliza ainda um descoberto bancário para fazer face às dificuldades de tesouraria. No entanto, consideramos que face aos montantes envolvidos, os possíveis impactos são imateriais.

RISCO DE TAXA DE CÂMBIO

O risco de taxa de câmbio é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa de um instrumento financeiro virem a variar em resultados de alterações nas taxas de câmbio.

A Empresa não se encontra exposta ao risco de taxa de câmbio.

RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações ao abrigo de um instrumento financeiro originando uma perda.

A Empresa encontra-se sujeita a risco no crédito que concerne à atividade operacional – Clientes, fornecedores e outras contas a receber e a pagar.

A gestão do risco de crédito relativo a clientes e outras contas a receber é efetuada da seguinte forma:

- Seguindo políticas procedimentos e controlos estabelecido pela Empresa;
- Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios de avaliação interna.

14. GASTOS COM PESSOAL

O detalhe dos Gastos com o Pessoal é o indicado no quadro seguinte:

	2023	2022
Remunerações dos Órgãos Sociais	104 350	105 200
Remunerações do Pessoal	269 168	253 933
Encargos sobre Remunerações	82 446	77 369
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	5 586	5 441
Gastos de ação social	10 754	9 837
Outros gastos com o Pessoal	3 616	2 402
	475 920	454 181

O número médio de pessoal ao serviço da empresa em 2023 foi de 14 (2022: 14 pessoas)

15. OUTRAS INFORMAÇÕES

15.1 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A rubrica de Estado e Outros Entes Públicos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2023	2022
Saldo a Receber		
IVA	259 874	253 603
	259 874	253 603
Saldo a Pagar		
Retenções Imposto sobre Rendimento	4 437	4 149
Contribuição para a Segurança Social	8 398	7 924
	12 835	12 073

A Empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 passou a integrar o RETGS do Grupo, do qual a Aquapor Serviços, S.A. é a entidade dominante. Por este motivo, o montante relativo a estimativa de imposto do exercício encontra-se reconhecida como uma conta a pagar à Aquapor Serviços, S.A. uma vez que é esta entidade que faz os pagamentos por contas das Empresa do grupo inseridas no RETGS (Nota 13.3).

15.2 RESERVAS E RESULTADOS

A Rubrica de Reservas e Resultados decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Reservas Legais	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	TOTAL
Saldo em 1 de Janeiro de 2022	650 000		2 307 413	2 957 413
Alteração de políticas contabilísticas				
Constituição da Reserva legal				
Dividendos		(2 307 413)		(2 307 413)
Remanescente da aplicação de Resultados		2 307 413	(2 307 413)	
Resultado do ano				
Outros				
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	650 000		1 978 614	2 628 614
Saldo em 1 de Janeiro de 2023	650 000		1 978 614	2 628 614
Constituição da Reserva legal				
Dividendos		(1 978 614)		(1 978 614)
Remanescente da aplicação de Resultados		1 978 614	(1 978 614)	
Resultado do ano				
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	650 000		3 110 408	3 760 408

Aplicação do resultado do período findo em 31 de dezembro de 2021: De acordo com a deliberação da Assembleia Geral a 10 de outubro de 2022, o resultado líquido do exercício de 2021, no valor de 2.307.413 Euros foi transferido para distribuição de dividendos.

Aplicação do resultado do período findo em 31 de dezembro de 2022: De acordo com a deliberação da Assembleia Geral a 27 de Abril de 2023, o resultado líquido do exercício de 2022, no valor de 1.978.6614 Euros foi transferido para distribuição de dividendos.

15.3 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2023	2022
Subcontratos	160 444	100 239
Serviços Especializados	-	-
Trabalhos especializados	10 101	4 853
Publicidade e propaganda	1 284	-
Vigilância e segurança	1 600	1 600
Honorários	1 160	1 560
Comissões	-	-
Conservação e reparação	68 565	56 257
Despesas Bancárias	23 031	23 171
Outros	544 232	451 285
Materiais	-	-
Ferramentas e utensílios	828	765
Material de escritório	946	617
Energia e Fluídos	-	-
Eletricidade	1 841 940	2 373 179
Combustíveis	38 671	47 414
Outros Fluidos	192 597	205 534
Deslocações, estadas e transportes	-	-
Deslocações e estadas	6 098	7 652
Transportes de Mercadorias	190	101
Serviços Diversos	-	-
Rendas e alugueres	35 337	41 570
Comunicação	7 292	7 745
Seguros	17 827	17 043
Contencioso e notariado	105	105
Despesas de representação	1 452	351
Limpeza, higiene e conforto	8 311	7 224
Outros	38 355	28 568
	3 000 369	3 376 832

15.4 OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica "Outros Rendimentos" decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2023	2022
Rendimentos Suplementares		
Outros	(3 816)	3 988
Outros não especificados	47 490	-
	43 674	3 988

15.5 OUTROS GASTOS

A rubrica "Outros Gastos" decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2023	2022
Impostos	81 536	73 642
Outros		
Donativos	850	200
Insuficiência de estimativa para impostos	-	31 732
	82 496	105 575

15.6 GASTOS / REVERSÕES DE DEPRECIações E AMORTIZAÇÃO

A rubrica Gastos / Reversões de Depreciações e Amortização decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2023	2022
Gastos de depreciação e de amortização		
Propriedades de Investimento		
Ativos Fixos Tangíveis	55 004	33 970
Ativos Intangíveis	1 139 732	1 104 321
	1 194 737	1 138 291
	(1 194 737)	(1 138 291)

15.7 JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

A rubrica Juros e Rendimentos Similares Obtidos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2023	2022
Juros Obtidos		
De Financiamentos concedidos a Associadas e Empre. Conjuntos	2 178	15 474
Atraso de pagamento de clientes		
Outros Rendimentos Similares	13 899	59 926
	16 077	75 400

15.8 JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

A rubrica Juros e Gastos Similares Suportados decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2023	2022
Juros Suportados		
Mora e Compensatórios	32	5
Outros Gastos e Perdas de Financiamento		
Serviços Bancários	30	42
Comissões Garantias	-	30
Outros		
Renda de concedente	0	15 894
Outros não especificados	-	82
	62	16 053

15.9 DIFERIMENTOS

Os gastos a reconhecer discriminam-se como segue:

	2023	2022
Gastos a reconhecer		
Outros	1 768	2 900
	1 768	2 900

16. ASPETOS AMBIENTAIS

Em 2023 a sociedade não incorreu em encargos significativos de carácter ambiental, excetuando aqueles que se relacionam diretamente com o objeto da sua atividade.

Em 2023 não se encontra registado nas Demonstrações Financeiras qualquer passivo de carácter ambiental nem é divulgado qualquer contingência ambiental, por ser convicção da Administração que não existem a essa data obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a sociedade.

17. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Estas Demonstrações Financeiras foram autorizadas para emissão, a 04 de março, pelo Conselho de Administração.

Desde 31 de dezembro de 2023 e até essa data não ocorreram quaisquer factos que não estejam já ajustados e/ou divulgados nas demonstrações financeiras.

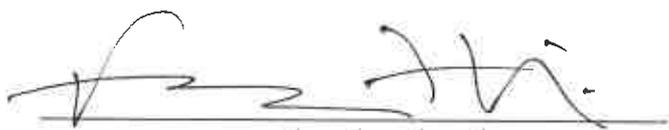
18. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Das informações legalmente exigidas noutros diplomas, designadamente nos artigos 66.º, 324.º, 397.º e 447.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), das disposições legais decorrentes do Decreto-Lei n.º 328/95, de 9 de dezembro e das disposições referidas no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, importa referir que:

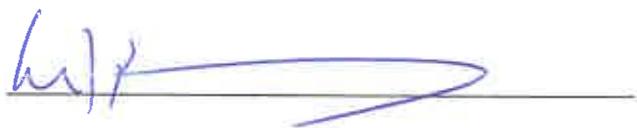
Em obediência ao disposto no n. 2 do artigo 324.º do CSC informa-se que a empresa não possui quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza;

- a) Em obediência ao disposto no n. 4 do artigo 397.º do CSC informa-se que, no decorrer de 2023, não foram efetuados quaisquer negócios entre a Empresa e membros dos seus órgãos sociais;
- b) Na Nota 1 deste relatório, é apresentada a estrutura acionista completa da Empresa. Desta forma obedece-se ao disposto nos artigos 447º do CSC;
- c) Informa-se que a empresa não é devedora em mora a qualquer caixa de previdência, resultando os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2023 da retenção na fonte dos descontos e contribuições referentes ao mês de dezembro, cujo pagamento se efetuou em janeiro de 2024, nos prazos legais.

Conselho de Administração



Adriano Osório



Contabilista certificado

Marta Patrícia